

TCU aponta pouca acessibilidade a prédios e serviços públicos

A baixa efetividade da fiscalização de normas de acessibilidade para concessão e renovação de alvarás de funcionamento é o que mais contribui para os problemas de acessibilidade em edificações de atendimento ao público. Também inexistem mecanismos de incentivo para que os órgãos promovam melhorias de acessibilidade em instalações físicas voltadas para este fim. Essas e outras carências relativas à acessibilidade a prédios e serviços públicos foram detectadas em levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas principais unidades dos seis órgãos públicos que mais atendem a população pessoalmente, com o chamado “atendimento de balcão”: Empresa de Correios e Telégrafos (Correios), Caixa Econômica Federal (Caixa),

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Defensoria Pública da União (DPU).

As principais barreiras de acesso identificadas referem-se à sinalização para deficientes visuais, como a existência de mapas ou de pisos táteis di-

recionais. Algumas instituições ofertam esses dispositivos em menos de 2% das unidades de atendimento. Há ainda pouca oferta de elevadores, sanitários, mesas, balcões, rampas, escadas, corredores e portas acessíveis. Os dados foram coletados em 11.069 unidades, em pesquisa que teve como base a percepção dos gestores dos órgãos.



As dificuldades também afetam as instituições de ensino. Segundo dados de dois censos de educação, 45,7% dos cursos realizados em estabelecimentos federais não oferecem condições de acesso adequadas. Para a relatora do processo, ministra Ana Arraes, “os problemas advindos da falta de acessibilidade aos prédios públicos já causam grande impacto na vida das pessoas com deficiência, ainda maior é o

prejuízo decorrente da falta de acesso à educação, que acaba por condenar nossos jovens deficientes a um futuro sem grandes expectativas”.

Segundo dados do Censo 2010, há, no Brasil, 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,8% da população brasileira, dos quais 13,1 milhões apresentam grande dificuldade ou impossibilidade de falar, ouvir, enxergar ou se locomover.

Entre outras medidas, o TCU determinou que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República elabore plano de abrangência nacional com o objetivo de dotar entidades públicas federais de plena acessibilidade a dependências e a serviços ofertados. Ainda, que defina metas para sanar as carências nessa área e institua o Selo Nacional de Acessibilidade.

Nos dias 12 e 13 de setembro o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou seminário dedicado à acessibilidade, coordenado pelo procurador do Ministério Público junto ao TCU, Sérgio Ricardo Costa Caribé, que também coordena, no tribunal, a campanha Ministério Público de Contas pela Acessibilidade Total. O encontro teve como objetivo debater com representantes de órgãos públicos e da sociedade civil a efetiva implementação das políticas públicas para acessibilidade no Brasil.

O evento contou com a presença do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler, do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, do advogado-geral da União, Luiz Inácio Adams, do procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, e da presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), Evelyn Freire de Carvalho.

A presidente da AMPCON parabenizou o TCU pela auditoria operacional realizada para avaliar as condições de acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

aos edifícios de órgãos e entidades da administração pública. Ela ressaltou que o desafio da acessibilidade total continuará. “Teremos que lutar juntos para termos um Brasil mais justo e acessível a todos”, frisou Evelyn.

